


> Boletim do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais    

## SIND-UTE/MG CONQUISTA MIL NOMEAÇÕES E COBRA UM CRONOGRAMA MENSAL

Durante reunião com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, no último dia 6/8/2019, a oitava já realizada com o governo Zema, em Belo Horizonte, a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) informou que serão realizadas mil nomeações de concursados. Na ocasião, foi cobrado um cronograma de nomeações mensais, de forma que seja garantida a continuidade do processo para a categoria.

Apesar da importante conquista, o concurso de 2014, que perderá validade já no mês de outubro, terá apenas 46 pessoas chamadas, ou seja, 13% do total de 353 ainda pendentes. As outras 954 vagas serão alocadas no edital referente a 2017.

O Sindicato cobrou que todas as vagas divulgadas de 2014 sejam nomeadas.

A coordenação do Sind-UTE/MG ainda ressaltou ao secretário-Adjunto de Estado de Educação, Edelves Luna, que as nomeações são necessárias e urgentes, mas, o número apresentado não dialoga com a necessidade da educação mineira.

### **CERCA DE 150 MIL TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO SÃO CONTRATOS TEMPORÁRIOS!**

A direção do sindicato reivindicou agilidade na publicação das nomeações e a SEE/MG se comprometeu a acelerar os procedimentos até o final do mês de agosto.

Foi levado para a mesa de negociação a integralização do 13º salário de 2018, que ainda permanece parcelado para muitos/as educadores e educadoras. O Sindicato também pautou, antecipadamente, a necessidade do governo já apontar uma data para o pagamento do 13º referente ao ano de 2019.

Sobre o pagamento Adicional de Valorização da Educação Básica (Adevb), não houve avanços desde a apresentação da pauta nas reuniões anteriores. Em relação à incorporação do abono salarial ao Piso, referente à Lei 21.710/2015, a resposta foi condicionada à reunião que a SEE/MG terá



6/8/2019 - Reunião na Cidade Administrativa / BH

com a Secretaria de Estado da Fazenda, no próximo dia 9/8/2019.

O governo apresentou o impacto de R\$19 milhões/mês para incorporação do abono e o Sind-UTE/MG solicitou acesso aos cálculos.

Quanto aos/às adoecidos/as da Lei 100, vinculados pela Lei Complementar 138/16, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) afirmou que só dará uma resposta quando a nota técnica, com o levantamento e análise da situação, for finalizada e encaminhada ao governador Zema.

### **EJA - NÚMERO DE VAGAS PRECISA SER MAIOR!**

Diante de denúncias sobre falta de vagas na Educação de Jovens e Adultos da rede pública estadual, o Sind-UTE/MG levou a pauta para a reunião. Um dos casos concretos apresentados foi da Escola Estadual Juscelino Kubistchek de Oliveira, em Betim, que tinha 120 solicitações de matrículas, mas a SEE/MG havia autorizado apenas 40.

A direção do Sindicato reforçou que é preciso atenção e cuidado com o perfil dos/as estudantes da EJA, levando-se em conta que são alunos e trabalhadores, e já tiveram o direito à educação negado. Nessa perspectiva, foram pontuados os prejuízos que a proposta de educação à distância trará a toda comunidade escolar.

O Sind-UTE/MG insistiu sobre a necessidade de um cronograma mais adequado para a composição das turmas da EJA e de um investimento na busca Ativa dos educandos desta modalidade. Também cobrou agilidade na resolução dos problemas já detectados e apresentados à SEE/MG, uma vez que a demora avoluma as desistências.

A Secretaria informou que a EJA à distância não está no direcionamento da pasta e que as vagas serão disponibilizadas de acordo com a demanda recebida pelas Superintendências Regionais de Ensino (SRE's).

## **A EDUCAÇÃO EM MINAS PRECISA SER VALORIZADA!**

O Sind-UTE/MG entende a educação como principal instrumento de combate às desigualdades no estado e no país. Nesse sentido, o governador Zema precisa valorizar e dialogar de maneira propositiva com a categoria.

Apesar da conquista coletiva que o Sindicato teve com as

1.000 nomeações, a maioria dos/as trabalhadores/as em educação seguem com vínculo precário, parcelamento de salários, encerramento de programas importantes para o fortalecimento do ensino, sem o Piso Salarial e outras tantas formas de precarização.

Na ocasião, a direção estadual ressaltou aos presentes que é necessário uma comunicação permanente, sendo essencial a realização de novas reuniões. Ao contrário do que reivindicado, a SEE/MG marcou a próxima reunião somente para o dia 8 de outubro.

## **PARTICIPARAM DA REUNIÃO**

A reunião aconteceu na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Pelo Sind-UTE/MG participaram: a coordenadora-geral, Denise Romano, as diretoras estaduais, Feliciano Saldanha, Marilda de Abreu Araújo e Joeliza Vieira, técnicos dos departamentos Jurídico e do Dieese. Pela Secretaria de Estado da Educação: o secretário-Adjunto, Edelves Luna e assessoria técnica.

# **EDUCAÇÃO INCANSÁVEL!**

## **Saiba como foram as atividades em SETE LAGOAS e em ARAXÁ**

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) iniciou o mês de agosto na luta contra as políticas nefastas dos governos Bolsonaro e Romeu Zema.

**Em Sete Lagoas**, no dia 3/8/2019, dirigentes acompanharam a visita do governador com questionamentos e reivindicações não atendidas. "Mais livros e menos armas!" "Educação Mineira contra a Reforma da Previdência!" "Governador, cumpra a constituição e pague o Piso da Educação!" Com essas palavras de ordem, faixas e muita luta que dirigentes sindicais receberam o governador.

Ele esteve no município para o lançamento da fábrica de latas da Ambev, que fica às margens da rodovia MG-238. Do lado de fora, o Sindicato se fez presente nas duas visitas de Zema, tanto na indústria quanto na Cervejaria da empresa, demonstrando que a categoria segue incansável na luta e não abrirá mão de direitos.

**Em Araxá**, no dia 10 de agosto, as ruas da cidade natal do governador foram ocupadas por centenas de profissionais da educação, que exigiam o cumprimento da Constituição, diálogo com a categoria e respeito aos direitos da classe trabalhadora. Foi um grande ato em defesa da autonomia das escolas mineiras, piso salarial, contra a Reforma da Previdência e o descaso do governo Zema com a educação.

O ato teve a presença de todas as subsedes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, contabilizando mais de oito cidades, entre elas: Uberaba, Uberlândia, Araguari, Capinópolis, Patos de Minas, Frutal e Ituitaba. Engrossaram



a manifestação também entidades sindicais a exemplo da CUT/MG, Sindicato dos Metalúrgicos de Araxá (SIMA), Sindieletro/MG, Sindágua e Sintect/MG.

O Sind-UTE/MG alertou sobre a necessidade da luta na atual conjuntura, de unir forças em defesa de direitos ameaçados por Zema. "Ele quer municipalizar a educação, condiciona toda nossa pauta de reivindicações à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, vai congelar nossos salários por seis anos e inviabilizar a realização de concursos públicos nesse período. Seguiremos juntos e juntas, e não deixaremos a peteca cair".

Outras falas recorrentes: "É preciso mostrar ao governador que os/as trabalhadores/as em educação merecem respeito. Se tem dinheiro para banqueiros e empresários, terá para regularizar os pagamentos, fortalecer o Ipsemg e não privatizar a Cemig. Nós queremos o Piso, que está na Constituição, e salário no 5º dia útil".

## **Enfrentamentos na educação**

No estado, os/as profissionais da educação sofrem com o

parcelamento do 13º salário, corte de ponto, extinção de mais de 40 mil vagas na Escola de Tempo Integral, demissão de mais de nove mil trabalhadores/as, a não execução dos 25% do orçamento da pasta e a falta de nomeação dos concursados.

A Constituição também não é cumprida, já que o Piso não é pago à categoria e o governo neste primeiro quadrimestre não investiu os 25% do orçamento na educação conforme determina a Constituição Federal.

No âmbito federal, Zema se alinha à política privatista de Bolsonaro e apoia a Reforma da Previdência, que acaba com a Seguridade Social e o direito a uma aposentadoria digna no país.

O Sind-UTE/MG seguirá na defesa dos direitos da classe trabalhadora e na luta para que a educação seja pública, de qualidade social e uma obrigação do Estado.

**“Ninguém solta a mão de ninguém!”**



## ZEMA DESMONTA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

A educação em Minas Gerais perdeu, neste ano, mais de 47.500 vagas de Educação Integral indo na contramão do Plano Nacional de Educação/2014, que determina seu aumento em 50%. Vemos agora a Secretaria de Estado da Educação (SEE) descaracterizar completamente o sentido da educação integral.

A Portaria Interministerial nº 17, de 2007, que institui o “Programa Mais Educação” para fomento da educação integral diz em seu art 1º que o ensino integral deve ser implementado por meio de atividades socioeducativas com métodos diferentes dos aplicados nas disciplinas curriculares partindo do interesse dos estudantes.

Ao contrário do que propugna a portaria, a SEE faz da educação integral apenas uma extensão da jornada curricular. O resultado será também o contrário do desejado pela educação integral.

Ao invés de trazer os estudantes para escola, irá ampliar a evasão escolar tornando-a um espaço desinteressante. As atividades propostas acompanham a excessiva centralidade dada ao ensino de matemática e de português na base curricular.

Essa preocupação atende à demanda expressa por meio de coalizões empresariais como o “Todos pela Educação” e “Movimento pela Base”, que pretendem reduzir a educação a uma

formação de mão de obra de baixa qualificação. Tiram assim a intencionalidade de formação crítica da origem da educação integral. Aos pobres basta ler e contar. As atividades esportivas e lúdicas seguem reservadas àqueles quem pode pagar.

Em segundo lugar, a forma de seleção dos educadores para atuarem na educação integral desrespeita a autonomia pedagógica necessária para atender aos interesses dos estudantes. A forma de seleção baseada na entrega de um plano de trabalho pré-definido e na apresentação em 20 minutos de uma aula retiram a liberdade de ensino. Essa forma de seleção tem acentuado o caráter subjetivo obscurecendo quais serão os verdadeiros critérios para escolha dos/as educadores/as.

Em terceiro lugar, a forma de divisão disciplinar e sua imposição à comunidade escolar rompe o necessário vínculo entre a escola e a comunidade. A educação integral e integrada deve partir da escuta e atenção às necessidades da comunidade onde a escola está inserida. A educação integral parte de uma visão abrangente da escola propugnada no Artigo 1o. da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96). A exclusão do vínculo com o território significa um retrocesso da percepção do papel da escola na comunidade e vice-versa.

Ao buscar adequar a educação integral à necessidade de atender avaliações internacionais standardizadas deixa de atender a necessidade maior dos estudantes de pensarem criticamente o mundo onde vivem, a partir dos dilemas apresentados em seu cotidiano e dos problemas que aguçam sua curiosidade, de maneira a mover a vontade de aprender como realmente defendeu Paulo Freire.

O projeto de Educação Integral do governo Zema foi discutido com instituições privadas afeitas ao pensamento empresarial. Mais uma vez demonstra para quem governa, desempregando milhares de educadores com o ano letivo já iniciado. Desrespeita as comunidades que deixaram de serem atendidas, as escolas que não foram ouvidas e os/as trabalhadores/as que desempregou. Assim, esse governo aprofunda a crise social do Estado.



07/06/2019 - Visita à Escola Estadual Dr. Roberto Belisário Viana, em Pedro Leopoldo

# DIÁLOGO E LUTA – NÃO AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL E À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

“Não ao Regime de Recuperação Fiscal e à Reforma da Previdência!” Com essas palavras de ordem, na manhã do dia 31/7/2019, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) promoveu um ato público na porta do Hotel Deyrell, em Belo Horizonte.

Dialogar com a população e com educadores/as que se encontravam num curso de formação para a Escola de Tempo Integral e Integrada, promovido pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), foi o objetivo dessa atividade.

Com cartazes, música, panfletos e muita conversa, diretores e diretoras do Sindicato entregaram à população um panfleto dos deputados federais mineiros traidores do povo, uma vez que eles votaram a favor da Reforma da Previdência.

Enquanto faziam a distribuição do material também conversavam com as pessoas sobre as consequências do plano de Recuperação Fiscal, e ressaltaram a urgência da classe trabalhadora se mobilizar contra a política nefasta dos governos Bolsonaro e Zema.

“Precisamos conhecer como cada representante de Minas se posicionou durante a votação da Reforma. O segundo turno será logo no início de agosto e nós devemos cobrar uma mudança de postura dos parlamentares no Congresso Nacional. Essa proposta irá acabar com a Seguridade Social no Brasil!” Assim, dirigentes do Sind-UTE/MG ressaltaram que é necessário exigir uma representação legítima da sociedade mineira na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, em Brasília.

A direção estadual do Sindicato lembrou a todos/as dos cortes que o governador fez na Educação Integral. “Zema quer dar publicidade ao programa, mas, não diz



nada sobre as mais de 40 mil vagas cortadas, os mais de 9 mil educadores que foram demitidos. Na rede estadual, nossa categoria tem 60% de vínculo empregatício precário. As pessoas precisam saber o que acontece com a educação mineira!”

## CONGELAMENTO DE SALÁRIOS

Sobre adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), foi destacado ainda que a proposta não traz nenhum benefício ao povo. O projeto compromete a autonomia econômica do Estado, protela a dívida de Minas com a União, congela os salários dos/as trabalhadores/as públicos/as durante três anos, prorrogáveis por mais três, aumenta a contribuição previdenciária e limita os investimentos em educação.

Dirigentes do Sind-UTE/MG falaram também sobre o descumprimento de alguns acordos feitos com a categoria. “A educação está sendo sucateada em Minas Gerais. Nosso 13º salário segue parcelado e não recebemos o valor referente ao mês de julho, como prometido. Hoje, o governo estadual realiza um curso de formação com educadores, porém, não explica a incoerência entre o projeto pedagógico exigido e a estrutura que oferece nas escolas!”

Uma das participantes do curso elogiou a ação do Sind-UTE/MG e afirmou ser necessário o diálogo com as pessoas. “Essa manifestação do Sindicato é muito importante, porque é preciso demonstrar insatisfação e conscientizar a população dos ataques que sofremos. Nossa aposentadoria também está em risco.”

O ato representou o compromisso do Sind-UTE/MG na defesa da educação pública de qualidade social, no direito a uma aposentadoria digna e valorização da categoria.



**Expediente:** Sind-UTE/MG

Rua Ipiranga, nº 80 - Floresta - BH - MG  
Fone: (31) 3481-2020 - Fax: (31) 3481-2449

Diagramação: Studium Eficaz - Fotos: Subsele Sete Lagoas, Subsele Araxá / Alemão  
Arquivos/Sind-UTE/MG

